

À margem de Outubro: comunistas e questão racial no Brasil

Weber Lopes Góes* e Renata Gonçalves**

Resumo:

A revolução de 1917 inspirou revolucionários em diversas partes do mundo. Os ecos de Outubro também se fizeram ouvir quando o centro da luta consistia em derrubar o colonialismo europeu em solo africano ou a segregação racial estadunidense. No entanto, aqui no Brasil, apesar do surgimento de um Partido Comunista logo nos primeiros anos da vitória bolchevique, a questão racial não foi percebida como uma componente para as lutas contra a exploração capitalista.

Palavras-chave: Revolução de Outubro; desigualdade racial; comunismo; movimento negro.

On the Margins of October: Communists and Racial Question in Brazil

Abstract:

The 1917 revolution inspired revolutionaries in various parts of the world. The echoes of October were also heard where the center of the struggle consisted in overthrowing European colonialism on African soil or U.S. racial segregation. Nevertheless, here in Brazil, despite the rise of a Communist Party during the first few years after the Bolshevik victory, the racial question was not perceived as a component of the struggles against capitalist exploitation.

Keywords: October Revolution; racial inequality; communism; black movement.

Proletários de todos os países, uni-vos!

A Revolução Russa de 1917 é parte das tentativas de reorganização dos trabalhadores internacionalmente, como proposto por Marx e Engels em 1864.

* Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Professor do colegiado de Serviço Social da Faculdade de Mauá-SP, Brasil. End. eletrônico: wafrican@hotmail.com

** Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. End. eletrônico: rengon2011@gmail.com

Após a vitória bolchevique, os trabalhadores europeus e de outros continentes passaram a se reorganizar contra a ordem capitalista. Sob a orientação ideológica de Outubro, criaram partidos comunistas, buscaram intercâmbios entre outras nações, promoveram atividades sobre a situação conjuntural e estrutural em relação à ordem capitalista etc. Todas estas ações foram enriquecidas a partir, de 1919, nos congressos realizados na III Internacional Comunista¹, onde surgiram “análises e resoluções, que possibilitam detalhar o surgimento e desenvolvimento de teses ligadas à classe trabalhadora mundial. Dentre estas teses, a questão racial viria a ter, por iniciativa de Lenin, um papel central” (Chadarevian, 2007: 77).

Neste artigo, procuramos recuperar a influência das teses de Outubro acerca da questão racial sobre o movimento negro estadunidense, a luta anticolonialista na África e a posição dos comunistas do Brasil, cujo Partido fora criado em 1922, no bojo da Revolução Bolchevique.

Um pouco antes do processo revolucionário, em *O direito das nações à autodeterminação*, de 1914, Lenin (1976) defende a autodeterminação dos povos face à opressão dos países mais desenvolvidos. Embora as lutas dos oprimidos sejam de natureza nacionalista, o autor as considera legítimas e, em virtude de o desenvolvimento das forças produtivas das nações serem menores, em comparação com as grandes, era necessário defender o crescimento no interior daquelas. Este é o ponto de partida para as formulações de Lenin sobre a situação dos negros, especialmente nos Estados Unidos.

Em 1918, no texto *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, o pensador russo denuncia a situação dos afro-americanos (Lenin, 1980). Ao examinar o capitalismo estadunidense, o autor apreendeu a natureza do desenvolvimento das forças produtivas e do patamar em que o modo de produção capitalista se encontrava naquele país que difundia a ideia de uma democracia consolidada, responsável em assegurar a igualdade, sem distinção de “raça”, onde todos os cidadãos poderiam gozar de *liberdade e oportunidade*. Todavia, diz o autor, não é esta a situação dos negros no Sul do país. Ao comparar o percentual de negros e brancos naquela região, demonstra que embora o número de descendentes de africanos escravizados seja menor em relação ao de brancos, são eles que mais sofrem com a dominação e opressão. Lenin expõe a situação em que os negros se encontram, desde as condições materiais, passando pela violência, as desigualdades, a degradação e o pauperismo, que ele assemelha aos camponeses russos (Lenin, 1980).

¹ Ver Broué (2007), em especial o Tomo I.

O autor preparava, em 5 de junho de 1920, o famoso documento *Teses preliminares: as questões coloniais e nacional*, para o II Congresso da Internacional Comunista, em que afirma que os “partidos comunistas devem prestar ajuda direta aos movimentos revolucionários das nações dependentes e desfavorecidas (por exemplo, a Irlanda, os negros Americanos, etc.)” (Lenin, 1974: 171). E a partir das contribuições de Lenin, em 30 de novembro de 1922, no IV Congresso da Internacional Comunista, foi defendida a tese *Sobre a questão negra*. Ali se analisa o desenvolvimento do movimento revolucionário nos países coloniais e semi-coloniais, se denuncia as atrocidades propagadas no período escravagista e após a abolição da escravatura, como por exemplo, os linchamentos – provável referência à Ku Klux Klan – e as perseguições aos negros. A *Tese* enaltece a resistência dos africanos ao escravismo, principalmente a luta dos africanos nos Estados Unidos. O documento explicita a prática do racismo que perdurou naquele país. A questão negra tornou-se, portanto, parte integrante da revolução mundial. Logo, a Internacional se comprometeu em apoiar todas as formas de movimento negro que visassem minar ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão (Comintern, 2000).

Com as preocupações de Lenin, as ações preconizadas pela Internacional Comunista e a vitória da Revolução de Outubro, não demorou muito para que as proposituras do movimento comunista russo encontrassem ecos em outras partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos. Um dos representantes mais importantes do movimento pan-africanista norte-americano W.E.B. Du Bois se entusiasmou pela União Soviética após uma viagem à região em 1926, chegando a afirmar: “se isso é bolchevismo, então eu sou bolchevique” (Adi, 2017: s/p).

A receptividade da Revolução Bolchevique nos Estados Unidos

A influência da Revolução Russa nos Estados Unidos, em especial no movimento negro, só pode ser entendida se concatenarmos com os amplos lastros de lutas travadas pelo(a)s negro(a)s estadunidenses desde o momento em que este(a)s foram traficada(o)s. As diversas estratégias de resistência, durante e após a escravidão, é o ponto de partida dos laços entre os africanos dos EUA, resultando num amplo movimento denominado *Pan-Africanismo*². A

² O movimento pan-africanista teve sua origem nas lutas dos africanos na diáspora, contra a escravatura e o colonialismo; e contra o racismo praticado aos africanos. Embora pan-africanismo e pan-africano tenham sido utilizadas no final do século XIX, tal movimento remete às práticas bem anteriores contra a escravidão e a opressão, em benefício de organizações pela abolição da escravatura e pela propagação da união entre africanos espalhados no mundo. Dentre as principais referências do movimento pan-africano, destacamos: Edward W. Blynden (1832-1912), W.E.B. Du Bois (1868-1963), Marcus Garvey (1887-1940), George Padmore (1903-1959), Kwame Nkrumah (1909-1972), Aimé Césaire (1913-2008). A este respeito, ver Boahen (2010) e Mazrui; Wondji (2011).

particularidade do desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos consolidou organizações que impulsionaram as lutas, como por exemplo, a presença de escritore(a)s, produções literárias para a conscientização de negro(a)s. Esta particularidade também impulsionou, de forma peculiar, uma política racista norte-americana, sobretudo com a lei de segregação e a criação dos guetos, o que, por sua vez, tornou possível, com muita luta, a criação de universidades, sindicatos, agremiações, inclusive de cariz religiosa, para responder à realidade do(a)s afro-americano(a)s.

São emblemáticas as formas de organização do(a)s negro(a)s em solo estadunidense. Destacam-se Frederick Douglas (1818-1895), com a luta pela abolição da escravatura, e W.E.B. du Bois, responsável por criar, em 1906, “o Movimento do Niágara, juntamente com oito intelectuais negros” (Fabre, 1977: 182). Du Bois almejava tanto a recuperação do vigor e da agressividade para o protesto negro, como a retomada da campanha pela igualdade civil (Fabre, 1977). Por sua vez, Marcus Garvey, será outro representante na luta contra a opressão do(a)s negro(a)s norte-americano(a)s na busca do “orgulho negro”, despertando interesse de milhões de negro(a)s americano(a)s pela África depois da Primeira Guerra Mundial” (Ralston, 2010: 876). Garvey, em 1914, quando retorna à Jamaica, cria a *Universal Negro Improvement and Conservation Association and African Communities League*, conhecida por UNIA, com o propósito de promover a emigração de negro(a)s para a África (Ralston, 2010).

Dentre as instituições consolidadas pelos afro-americanos, está a Liga Urbana, de 1910. Financiada pelos industriais do Norte, tinha o objetivo de assegurar a igualdade no mercado de trabalho e a “qualificação” profissional de trabalhadore(a)s negro(a)s. Segundo Fabre, o Brotherhood of Sleeping (Irmandade do Sono) foi o primeiro sindicato negro criado, em 1925, por A. Philip Randolph, com a finalidade de combater a discriminação no emprego, sobretudo nas fábricas de armamento (Fabre, 1977: 183). A militância inicial de A. Philip Randolph foi tão importante na luta contra a opressão, que ele chegou a ser chamado de “Lenin do Harlem”, devido à sua orientação leninista.

Os intentos acima demonstram que havia uma tentativa de estabelecer uma união entre os negros norte-americanos a fim de tornar mais potentes as lutas travadas contra o racismo, a discriminação e a desigualdade. Foram muitas as organizações com esta perspectiva, tais como a Frente Unida dos Negros, criada em 1936; o Negro American Labor Council, de 1960, que visava combater a discriminação nos sindicatos (Fabre, 1977). Somente em 1942 foi criado o CORE (Congresso Nacional pela Igualdade Racial), com a participação de intelectuais e segmento da classe média negra, responsáveis pela propagação, em 1967, do

slogan “Black Power”³.

Estes segmentos não adotaram uma perspectiva explicitamente de orientação comunista⁴. Sua finalidade era o enfrentamento do racismo, da discriminação e da desigualdade, mas, ao mesmo tempo, cada movimento expressava a conjuntura (interna e externa) e, à medida que as contradições de classes se acirravam, a natureza do movimento tomava proporções para a esquerda ou para a direita. É o caso da The African Blood Brotherhood (Irmandade do Sangue Africano), organização de inspiração socialista, que emergiu dos conflitos do “Verão Vermelho”, em 1919, após as explosões das revoltas de negros que retornaram da guerra e mantiveram as armas e combateram as práticas do racismo e a discriminação (Sustar, 2012a). De acordo com Lee Sustar, no ano de 1919 houve uma onda de greves no país, mas nada comparável ao “Verão Vermelho” daquele ano, que “expôs as enormes divisões raciais na classe trabalhadora americana”. Em pelo menos 25 grandes cidades foram registrados confrontos violentos por “distúrbios raciais”. Apesar de 500 negro(a)s mortos, os afro-americanos resistiram aos ataques truculentos do estado racista (Sustar, 2012a).

Nesse clima se consolida a The African Blood Brotherhood, cujo principal incentivador foi Cyril Briggs. Este, no entusiasmo com a Revolução Bolchevique, criou um jornal para abordar a situação do(a)s negro(a)s nos Estados Unidos. Procurou se aproximar do Partido Socialista, precursor do Partido Comunista norte-americano, mas sua Irmandade foi inicialmente considerada separatista pelos socialistas, que afirmaram não terem “nada de especial” para oferecer aos trabalhadores negros” (Sustar, 2012a). Na prática, o(a)s negro(a)s foram vistos “apenas como trabalhadores e não como uma minoria oprimida”. Ignoraram tanto a luta contra os linchamentos e o racismo, como também não consideraram o enorme movimento nacionalista negro que explodiu após a Primeira Guerra Mundial (Sustar, 2012a). O ânimo com a Revolução de Outubro levou também à criação, em setembro de 1919, do Partido Comunista, como substituto do Socialista. Porém, a plataforma e a declaração de princípios comunistas nada disse sobre o(a)s trabalhadore(a)s negro(a)s estadunidenses.

³ A Igreja teve papel importante na militância do(a)s negro(a)s, como por exemplo a Southern Christian Leadership Conference que, após o boicote aos transportes públicos realizado em Montgomery em 1957, ajudou a divulgar as ideias de Martin Luther King. Mais tarde, vêm as contribuições de Malcolm X e a formação dos Panteras Negras na luta contra a discriminação, o racismo e a desigualdade étnico-racial. A respeito destes movimentos, consultar Fabre (1977).

⁴ O mesmo A. Philip Randolph, o “Lenin do Harlem”, com o passar do tempo se tornou um “burocrata” da AFL – Federação Americana do Trabalho. Entidade que tinha uma política de alinhamento com a direita e fechava acordos com o setor patronal. O “Lenin do Harlem” foi responsável pelo cancelamento da Marcha sobre Washington, em 1941. Sua atuação em favor da direita, o transformou num conservador anticomunista. Ver Sustar (2012).

Isto mudaria após as orientações de Lenin. Houve uma aproximação dos comunistas com Briggs levando à possibilidade de uma organização de esquerda com vistas a combater o racismo, ao mesmo tempo em que se fortaleceria a luta de classes. Contribuiu para esta mudança o acúmulo de lutas travadas pelos afro-americanos, sobretudo desencadeadas em Chicago e em Nova York, particularmente no Harlem⁵, bairro de onde surgiram inúmeros militantes do movimento socialista negro. A partir destas lutas, a Internacional Comunista passou a ver a questão negra numa perspectiva pan-africana, ou seja, “se os Africanos tinham que enfrentar problemas comuns, estavam implicados numa luta comum, como se os seus destinos estivessem de certa forma ligados. O Comintern conservou esta abordagem, com algumas reservas, até ao seu VII congresso, em 1935” (Adi, 2017).

Ecoss africanos da Revolução Bolchevique

Em relação ao continente africano, a receptividade da revolução russa se deu por dois caminhos: 1) veio das teses de Lenin e dos temas debatidos na III Internacional Comunista; e 2) por meio da influência do movimento pan-africano⁶, sobretudo com a geração dos anos 1930 aos 1970. O pan-africanismo se estendeu aos estudantes negros que passaram a frequentar as universidades europeias. Das organizações de estudantes africanos, que já tematizavam a situação dos negros e africanos na Europa, saem os quadros dos pós anos 30, que tomaram em seus ombros a luta pela libertação em África⁷.

Segundo Thiam e Mulira, as “relações da África com os países socialistas remontam à época durante a qual, pouco após a revolução bolchevique de 1917, Lenin prometeu a cooperação do jovem Estado soviético a todos os povos colonizados” (2011: 965). A União Soviética e os países alinhados à sua política como, por exemplo, a China e Cuba, passaram a apoiar as lutas pela libertação em África, inclusive depois das conquistas de independência.

Entre os anos de 1920 e 1930, a Comintern⁸ construiu estratégias para penetrar no seio dos movimentos de libertação em África, por meio das lideranças

⁵ Mesmo bairro que recepcionou Fidel Castro em 1960, na ocasião de sua ida à Assembleia Geral da ONU. Neste evento, Harlem foi considerado capital dos trabalhadores do mundo (Mealy, 1995).

⁶ Sobre o movimento pan-africanista na África, consultar Harris e Zeghidour (2011).

⁷ É o caso, em Angola, de Agostinho Neto (1922-1979); em Gana, de Kwame Nkrumah (1909-1972); em Moçambique, de Samora Machel (1933-1986); na África do Sul, de Steve Biko (1946-1977); na República Democrática do Congo, de Patrice Lumumba (1925-1961); no Burkina Faso, de Thomas Sankara (1949-1987); na Martinica, de Frantz Fanon (1925-1961); e, no Senegal, de Cheikh Anta Diop (1923-1986) e Léopold Sédar Senghor (1906-2001).

⁸ Adotamos os argumentos políticos e linguísticos de Pierre Broué (2007): *Comintern* é acrônimo da Internacional Comunista, assim mesmo no gênero feminino.

africanas, pan-africanas e de outras localidades. Dentre estas lideranças, representantes de expressão no movimento negro internacional, destacamos Syvester Williams, antilhano, influenciado por Marcus Garvey, e Kwame Nkrumah, que recebeu a influência de W.E.B. du Bois e, fortemente, a de Lenin⁹.

Em 1921, logo após a convocação de uma reunião realizada pelo Conselho Executivo da III Internacional, foi deliberado que o Partido Comunista Francês criaria um Conselho Comunista Colonial, responsável por provocar distúrbios nas colônias europeias, na África e em outros continentes. No ano seguinte, 1922, já havia delegados africanos no IV Congresso da Internacional Comunista. A partir daí, o movimento comunista torna-se mais robusto em África, resultando na formação da Liga Contra o Imperialismo e pela Independência Nacional, patrocinado pelo Partido Comunista Francês.

A ascensão do fascismo e a Segunda Guerra interferiram na política de cooperação do movimento comunista europeu nas lutas de libertação. Todavia, a partir de 1945, a cooperação é retomada e o sucesso do marxismo foi tamanho que, tanto na África francófona e anglófona como em outras partes do continente africano, havia organizações consolidadas capazes de edificar lutas para derrotar os países imperialistas. A União Soviética se comprometeu em contribuir¹⁰ para o sucesso da revolução e assinou um acordo com vistas a manter a relação com os revolucionários africanos: além da formação de quadros, forneceu professores e pesquisadores russos para atuar nas universidades e centros de pesquisas. Formaram-se 30.000 africanos no ensino superior na URSS (Thiam; Mulira, 2011).

Sob a influência do marxismo e da revolução russa, houve a articulação dos movimentos africanos contra o imperialismo e o neocolonialismo. A cooperação da Comintern e a participação de lideranças, inclusive do movimento pan-africanista, tornaram expressivas as lutas travadas em África, principalmente porque enriqueceram a perspectiva de um horizonte para além do capital, daí a importância da articulação dos movimentos africanos contra o imperialismo e o neocolonialismo.

Vários fatores contribuíram para malograr a perspectiva de transformação: burocratização, traições nas organizações e tantos outros que o espaço deste artigo não permite aprofundá-los. Porém, não podemos desconsiderar o forte empre-

⁹ Sobre a forte influência de Lenin, ver o artigo de Felipe Paiva (2017) nesta edição de *Lutas Sociais*, vol. 21, n. 38.

¹⁰ Os africanos tiveram também apoio da China e do Vietnã, por exemplo, receberam “técnicas de guerrilha, contribuindo para a conquista da independência de alguns Estados, como o Zimbábue” (Thiam; Mulira, 2011: 976).

endimento do capital, isto é, das forças imperialistas para aniquilar as revoluções, como foi o caso em Angola. Se a URSS e Cuba apoiaram os revolucionários angolanos, em especial o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), os Estados Unidos sustentaram a contrarrevolução encabeçada pelas Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Este financiamento expressivo contribuiu para a derrota da revolução socialista no continente africano. Os sucessivos golpes de Estado afastaram as lideranças socialistas africanas. Foram assassinados Patrice Lumumba, à época ministro do primeiro governo do então Zaire; Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane, que lutaram pela libertação de Guiné-Bissau e Moçambique. Kwame Nkrumah, presidente de Gana, e Milton Obote, primeiro ministro de Uganda, foram debelados. Os antigos colonizadores mantiveram seu controle sobre os países que empreenderam a luta de libertação. Com a capa informal da igualdade jurídica e “fora” do continente africano, a burguesia externa – que passou a financiar a burguesia interna – conservou o seu domínio sobre os africanos, tanto no âmbito científico e cultural como no militar e econômico. Os “colonizados de ontem se tornaram os subdesenvolvidos de hoje. Da categoria de selvagens e de primitivos a serem civilizados, eles ganharam, depois da independência, as condições de subdesenvolvidos a serem desenvolvidos” (Serrano e Munanga, 1995: 71).

Apesar das derrotas, estas lutas pela independência foram importantes. Demonstraram que o capital receia movimentos que colocam em cheque sua forma de intercâmbio. É exatamente aí que reside a vitória da luta dos povos africanos. As querelas impulsionadas pelos movimentos negros africanos colocaram na ordem do dia o horizonte da superação do capital e demonstraram que é possível transformar a sociedade, embora, seja difícil e árduo. A história de luta e resistência dos africanos revolucionários, inspirados no ideário da Revolução de Outubro, nos convida a aprender que é possível resistir e, mais ainda, nos lança o desafio de (re)pensar outras e novas formas de lutar.

Sinfonia de 1917: greve geral no Brasil e a Revolução Russa

Como em solo estadunidense ou como nas lutas de libertação em África, no Brasil também se ouviu os estrondos da Revolução de Outubro e num contexto político bastante caro ao proletariado. As agitações operárias de julho de 1917 em São Paulo pareciam em sintonia com os acontecimentos que sacudiam a Rússia czarista. Aqui também, o(a)s trabalhadore(a)s dos incipientes setores da indústria e do comércio se colocaram em movimento e fizeram a primeira grande greve operária da história brasileira. O movimento operário, em especial o paulista se levantou contra o violento regime de trabalho da época.

Tratava-se de um proletariado que vagarosamente se constituía na mais profunda heterogeneidade. Analfabeto(a)s e sem preparo técnico, o(a)s trabalhador(a)s estavam sujeito(a)s aos baixíssimos salários e a condições de trabalho das mais terríveis. Naquele período não havia espécie alguma de legislação trabalhista, levando a jornadas extensas de 10h-12h, incluindo mulheres e incorporando crianças desde a idade de 6 e 7 anos (Basbaum, 1976). Ao contingente de miseráveis “nacionais”, composto por ex-escravizado(a)s, trabalhador(a)s que fugiam da seca do nordeste e agregado(a)s expulso(a)s do campo, somou-se uma população diversificada de imigrantes, parte dela com fortes tradições de lutas operárias. A chegada deste(a)s trabalhador(a)s contribuiu não apenas com o crescimento numérico do proletariado brasileiro, mas sobretudo com a força política da organização operária. Por melhores condições de trabalho, o movimento de 1917, sob influência anarquista, conseguiu colocar uma massa proletária nas ruas.

Frente à combatividade do operariado, a classe dominante mostrou-se inábil em assegurar sua hegemonia. Nem a costumeira prática de repressão, com níveis notáveis de brutalidade, nem o fechamento de sindicatos ou a prisão de líderes foram capazes de conter a organização proletária. Ao contrário, acuada, a burguesia foi forçada a negociar e a ceder um aumento de 20% sobre os salários. Além disso, o(a)s operário(a)s conseguiram a libertação dos presos e a não demissão do(a)s grevistas (Beiguelman, 1981). O(a)s operário(a)s assumem a tarefa de organizar a massa proletária. O que não foi tão simples: passada “a mobilização, o governo investiu contra os sindicatos cuja atividade florescia sob o impulso da greve, especialmente entre os ferroviários da São Paulo Railway. Em setembro de 1917, a repressão se abateu sobre as lideranças operárias” (Fausto, 1977: 205).

Todavia, a greve de 1917 entrou para a história como a primeira grande conquista operária no Brasil. Estes acontecimentos mostraram a importância da organização da classe operária. A Revolução ganhou destaque nos jornais, nos sindicatos, no Congresso e nas ruas (Moniz-Bandeira et alii, 1967). Uma das consequências diretas das lições daquele ano foi a criação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil. No entanto, um espectro rondava os comunistas brasileiros, sem que sequer percebessem: o fantasma da escravidão negra...

Sem ecos de Outubro: os comunistas do Brasil e a questão racial

A história da escravidão no Brasil é marcada por resistências do povo negro para romper com o cativeiro¹¹. As lutas contra a escravidão também fizeram parte

¹¹ A este respeito, consultar o trabalho pioneiro de Clóvis Moura, *Rebeliões da senzala: quilombos, ressurreições, guerrilhas* (2014), cuja primeira edição data de 1959; e Quintão (2002).

de campanhas do ainda inexpressivo proletariado brasileiro no final do século XIX, que comprou alforrias, criou escola noturna gratuita para os libertos, participou das campanhas abolicionistas (Moniz-Bandeira et alii, 1967). Todavia, a participação operária na luta pela abolição não se traduziu em uma inserção dos trabalhador(a)s negro(a)s, agora libertos, no proletariado em formação. Sob o capitalismo “velhos estereótipos foram revitalizados e surgiram outros novos que identificavam o ‘liberto’ como ‘negro’ e ‘negro’ como ‘vagabundo’” (Fernandes, 1978: 81). A indústria capitalista foi “um agressivo e grandioso misturador de pessoas”, ao mesmo tempo em que foi “agente de discriminação racial e étnica, além de gerador de doutrinas e estereótipos raciais” (Ianni, 1978: 123). A mão-de-obra negra passou a ser desqualificada e foi facilmente substituída pela do branco europeu, eleito pela classe dominante como tipo ideal representativo da superioridade étnica. Na outra ponta, um tipo negativo e inferior foi atribuído à população negra (Moura, 1988). Uma postura que coincidia com as teorias raciais do determinismo biológico propagadas no século XIX. Schwarcz (1994), ao analisar os discursos dos homens de ciência do final daquele século e do início do seguinte, evidencia o quanto os argumentos científicos foram fundamentais para justificar as hierarquias sociais consolidadas e defender a supremacia racial. Do ponto de vista ideológico, “o negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo” (Moura, 1988: 65).

A questão racial não foi percebida desta forma pelos dirigentes comunistas. Conquistada a abolição, o(a)s ex-escravizado(a)s foram deixado(a)s à própria sorte. Pairava o sentimento de dever cumprido. Talvez isto tenha contribuído para as interpretações que os comunistas fizeram da questão racial, mesmo muito tempo depois. Em *O ano Vermelho*, por exemplo, lê-se logo nas primeiras páginas o reconhecimento da luta dos escravizados “a cuja participação se deveu, é verdade, a vitória da abolição, o maior movimento de massas do Brasil”. No entanto, a mesma frase é precedida de uma observação acerca do caráter democrático da República que havia traduzido “a ascensão conjunta, no plano social, do pequeno-burguês, do proletário e do homem de cor” (Moniz-Bandeira, 1967: 10). Os camaradas comunistas acreditaram que no Brasil havia uma democracia racial.

Leôncio Basbaum, por exemplo, descreve como os negros, agora “cidadãos livres”, foram jogados “à rua, sem terra, sem qualquer espécie de instrução, sem profissão e sem teto e, o que é mais importante, sem meios e possibilidades ou possibilidades de adquirir o mínimo para a sua alimentação” (1976: 179). No entanto, o historiador atribui aos “cidadãos livres” uma sensível influência em vários setores da sociedade, como é caso do aumento da miscigenação, que, aliás,

já ocorria desde o Brasil colônia, quando os “primitivos colonizadores, à falta de mulheres¹² [sic] entre os novos povoadores, para não interromper suas atividades reprodutoras, exercidas aliás em grande escala, cruzavam [sic] com índias e negras escravas” (Basbaum, 1976: 179). O mesmo ocorreu com os senhores de terras e de escravos. Quando a República foi proclamada, complementa o autor, “metade da população brasileira era de cor” (1976: 179).

A abolição teria intensificado da mistura de raças, pois, escreve o comunista, agora eram “todos livres”. E conclui: o “que importa observar no momento é que essa mistura de cores e raças impediu que o preconceito racial assumisse as formas violentas e odiosas que caracterizam hoje as relações raciais nos Estados Unidos e na África do Sul” (Basbaum, 1976: 180). Isto não significa, porém, o não reconhecimento das precárias condições impostas a trabalhadore(a)s, negro(a)s. Pelo contrário, ao longo de inúmeras linhas são descritas as condições degradantes a que foram submetido(a)s este(a)s trabalhadore(a)s que, afastado(a)s dos melhores trabalhos, se transformaram em mão-de-obra abundante e barata para o capital. Segundo o historiador, foi esta “discriminação em relação à *chance* de emprego e salários” que “impediu em última análise que o negro se integrasse na vida política nacional, fazendo com que ele se sentisse um estranho dentro de sua pátria, por longos anos” (1976: 181). Para o(a)s negro(a)s, continua o autor, o problema da integração racial se tornou mais importante que a integração social. Em suas palavras,

depois da abolição, o negro passou a sentir mais os prejuízos da cor que a exploração de classe. Para ele, todos os males lhe provinham do fato de ser negro e não de ser um proletário. Daí a sua ausência dos sindicatos e dos movimentos políticos da classe operária, onde só começou a militar com alguma evidência, depois da Primeira Guerra. Durante um longo período, a única perspectiva de progresso social do negro, embora ele não o soubesse, seria *subir à categoria de operário*, integrar-se no seio da nova classe, onde não havia preconceitos raciais e onde encontrava aspirações comuns (Basbaum, 1976: 181).

Os problemas raciais se resolveriam definitivamente por meio da luta do(a)s trabalhadore(a)s negro(a)s e branco(a)s em conjunto. Esta formulação, demasiada abstrata, desconsiderou o quanto o racismo estava entranhado na emergente classe trabalhadora e ignorou que o proletário branco brasileiro buscou assegurar como pôde sua identificação com o senhor de escravos, perpetuando a ideia de superioridade da raça branca. Nas considerações de Basbaum, há um deslocamento do problema: é o(a) negro(a) que não consegue se adaptar e sente

¹² O autor parece considerar mulheres apenas as brancas.

os prejuízos da cor e, *pour cause*, não se politiza, não participa das organizações operárias. Nenhuma palavra acerca da discussão racial ou da falta dela no interior do jovem Partido Comunista do Brasil, que nasce bastante alinhado às propostas inovadoras de Moscou.

Ora desde 1919, com a retomada da III Internacional havia um esforço muito grande, em especial por parte de Lenin, de debater a questão racial e de por fim à opressão das minorias. Debate, aliás, que remonta ao final do século XIX, quando vários marxistas perceberam “que o imperialismo subjuguava culturas diferentes sob o pretexto de inferioridade racial, mas com o objetivo na realidade de tirar destes povos proveito econômico” (Chadarevian, 2007: 81). Se para estes, o problema racial se resolveria eliminando as contradições de classe, desde 1914 Lenin avança ao fazer a distinção entre dependência política e dependência econômica, o que o levou a considerar que a opressão às minorias não se resolveria simplesmente por decreto.

No I Congresso da Internacional Comunista esta questão volta à tona. É destacada por Lenin “a falsa promessa de igualdade racial, religiosa e sexual das democracias burguesas” (Chadarevian, 2007: 83). Como vimos, às vésperas da Revolução de Outubro, o líder revolucionário estava às voltas com o capitalismo estadunidense. É inútil, escreve Lenin,

discorrer sobre a situação degradante à qual eles [os negros] estão submetidos: neste aspecto, a burguesia americana não é melhor que a de outros países. Após ter “libertado” os negros, ela se esforçou, tomando por base o capitalismo “livre” e republicano-democrático, por fazer o possível e o impossível para oprimir os negros da maneira mais vil e escandalosa (Lenin, 1980: 18).

Em 1921, ano que antecede a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), ocorreu o III Congresso da Comintern, onde pela primeira vez o racismo contra o(a) negro(a) é compreendido como “um problema mundial e um fenômeno que deve ser analisado separadamente da questão da classe” (Chadarevian, 2007: 84). No Congresso seguinte, os debates sobre a questão negra ganharam centralidade. As seções da Internacional Comunista foram chamadas a contribuir previamente com esta discussão. O PCB, partido recém-criado, respondeu a este chamado afirmando “que o racismo era uma questão ‘absolutamente estranha ao Brasil, onde jamais se manifestaram quaisquer preconceitos de raça’” (Buonicore, 2015: s/p). Havia negros no Brasil, mas não uma questão negra.

Enquanto a Internacional Comunista avançava no debate e nas resoluções acerca do enfrentamento do racismo em escala mundial, no Brasil as análises do jovem Partido Comunista estavam impregnadas pela ideologia da democracia racial. Esta posição do Partido lhe rendeu críticas de outras Seções Comunistas

da América Latina. Os camaradas brasileiros foram acusados de terem uma ideia falsa sobre a realidade existente no terreno da democracia formal. O PCB se esforçava em mostrar sua própria organização interna como exemplo de democracia racial, com a participação de negros tanto na base como na direção do partido. Definitivamente, não havia no país um problema racial. A cegueira do Partido, escreve Buonicore,

levou os comunistas brasileiros a se atrasarem em levantar bandeiras específicas contra a discriminação dos negros no trabalho e mesmo na sociedade. Naquele tempo a população negra – inclusive os membros das camadas médias – era excluída de vários espaços públicos, como hotéis, bares, parques e clubes. Situação que perdurou até recentemente (2015: s/p).

Até o final da década de 1920, os comunistas brasileiros, no que diz respeito à questão racial, ficaram à margem de Outubro. Não se atentaram às principais ideias difundidas pela Internacional Comunista. No entanto, os congressos do período foram bastante densos teórica e politicamente. Em particular, o IV Congresso, de 1922, mesmo ano de fundação do PCB. Ali, reconheceu-se que a questão negra era parte integrante da revolução mundial e adotou-se a posição de lutar pela igualdade racial de negro(a)s e branco(a)s, por salários iguais e igualdade de direitos sociais e políticos. Foi neste Congresso que a Internacional Comunista considerou essencial apoiar todas as formas de lutas do movimento negro que visam combater o capitalismo. Os comunistas do Brasil, ao omitirem o racismo, acabaram por negligenciar os determinantes raciais da exploração capitalista de classe no país, desconsideraram que racismo e capitalismo estão articulados entre si, alimentam-se e se fortalecem mutuamente. Nesta cegueira, não tentaram alianças com os movimentos negros que surgiam para fazer frente ao racismo. Diferentemente dos comunistas estadunidenses que, sob a orientação de Lenin, se vincularam aos movimentos negros, aqui os movimentos negros foram acusados de direitistas nacionalistas ou de submissos aos interesses da burguesia. Ora, não estariam o(a)s negro(a)s brasileiro(a)s simplesmente em busca de terra, trabalho e pão? Tal parece ser lema da mais importante organização negra no país, a Frente Negra Brasileira¹³, que surge no início dos anos 1930. Mesmo período em que, no tocante à questão racial, os ecos de Outubro começaram a ser ouvidos pelos comunistas brasileiros. A sinfonia revolucionária

¹³ A este respeito, consultar dentre outros, Moura (1989). A FNB recebia convites de filiação de ideologias à esquerda e à direita e argumentava manter-se neutra. Jamais foi um bloco monolítico ou livre de dissensões: “nela militavam negros monarquistas, fascistas, socialistas e comunistas, por meio de facções organizadas ou não” (Domingues, 2005: 283). A chegada de Vargas muda o curso frentenegrino. Assunto para outro artigo.

contra o racismo começava finalmente a tocar por estas bandas, mas com notas e acordes ainda muito dissonantes...

Bibliografia

- ADI, Akim. Pan-africanismo e Comunismo: conversa com Akim Adi. *Buala.org*. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/panafricanismo-e-comunismo-conversa-com-hakim-adi>>. Acesso em 04 de maio de 2017.
- BASBAUM, Leôncio (1976). *História sincera da República: de 1889 a 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- BEIGUELMAN, Paula (1981). *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Global.
- BOAHEN, Albert Adu (2010). *História Geral da África VII. África sob dominação colonial: 1880-1935*. Brasília: UNESCO.
- BROUÉ, Pierre (2007). *A história da Internacional Comunista: 1919-1943*. São Paulo: Sundermann.
- BUONICORE, Augusto (2015). O Partido Comunista e o problema racial no Brasil (1922-1935). *Fundação Maurício Grabois: espaço do pensamento progressista e marxista*. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/portal/autores/148651-39550/2015-03-18/o-partido-comunista-e-o-problema-racial-no-brasil-1922-1935-primeira-parte>>. Acesso em 16 de abril de 2015.
- FAUSTO, Boris (1977). *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel.
- CHADAREVIAN, Pedro Caldas (2007). Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, n. 24, Rio de Janeiro.
- COMINTERN (2000). A questão Negra. In: *A Internacional Comunista*. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/4_congress_comintern_30_november_1922_negro_question_portuguese.html>. Acesso em 02 de maio de 2017.
- DOMINGUES, José Petrônio (2005). *A insurgência de Ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP.
- FABRE, Genevève (1977). O movimento negro. In: SANTIAGO, Theo e DIAS, José Fernandes (orgs). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

- HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane (2011). A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Eli A.; WONDJI, Christophe (orgs.). *História Geral da África*. VIII. África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- IANNI, Octavio (1978). *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec.
- LENIN, Vladimir Ilitch (1980). *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates.
- _____ (1976). El derecho de las naciones a la autoderenacion. In: *Obras Escogidas*. Tomo V. Moscou: Editorial Progreso.
- _____ (1974). *Teses preliminares: as questões coloniais e nacional*. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_5_june_second_congress_comintern_colonial_and_national_question_draft_portuguese.html>. Acesso em 03 de maio de 2017.
- MAZRUI, Eli A.; WONDJI, Christophe (orgs.) (2011). *História Geral da África*. VIII. África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- MEALY, Rosemari (1995). *Fidel e Malcolm X – Lembranças de um encontro*. Niteroi: Casa Jorge Editorial.
- MONIZ-BANDEIRA, Luiz Alberto; MELO, Clóvis; ANDRADE, Aristélio Travassos de (1967). *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MOURA, Clóvis (2014). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois.
- _____ (1989). *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática.
- _____ (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática.
- PAIVA, Felipe (2017). Ecos africanos de Outubro: Kwame Nkrumah e a sombra de Lênin. *Lutas Sociais*, vol. 21, n. 38, São Paulo.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida (2002). *Irmãdades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo 1870/1890)*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- RALSTON, Richard David (2010). A África e o novo mundo. In: BOAHEN, Albert Adu (2010). *História Geral da África* VII. África sob dominação colonial: 1880-1935. Brasília: UNESCO.
- SCHWARCZ, Lilia (1994). Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 20, São Paulo.
- SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabenguelé (1995). *A revolta dos colonizados*. São Paulo: Editora Atual.

SUSTAR, Lee (2012). Do “Lenin” de Harlem ao burocrata da AFL. *Socialistworker.org*. Disponível em: < <https://translate.google.com/translate?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=en&sp=nmt4&u=https://socialistworker.org/2012/08/10/from-harlem-to-the-afl>>. Acesso em 01 de maio de 2017.

_____ (2012a). A Irmandade do Sangue Africano. *Socialistworker.org*. Disponível em: <<https://translate.google.com/translate?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=en&sp=nmt4&u=https://socialistworker.org/2012/06/01/african-blood-brotherhood>> . Acesso em 01 de maio de 2017.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James (2011). África e os países socialistas. In: MAZRUI, Eli A.; WONDJI, Christophe (orgs.). *História Geral da África*. VIII. África desde 1935. Brasília: UNESCO.